

FORMAÇÃO DOCENTE E POLÍTICAS CURRICULARES NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA BNC-FORMAÇÃO E DA CENTRALIDADE DAS COMPETÊNCIAS NA REGULAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

TEACHER TRAINING AND CURRICULUM POLICIES IN BRAZIL: A CRITICAL ANALYSIS OF THE BNC-TRAINING AND THE CENTRALITY OF COMPETENCIES IN THE REGULATION OF TEACHING WORK

FORMACIÓN DOCENTE Y POLÍTICAS CURRICULARES EN BRASIL: UNA ANÁLISIS CRÍTICA DE LA BNC-FORMACIÓN Y DE LA CENTRALIDAD DE LAS COMPETENCIAS EN LA REGULACIÓN DEL TRABAJO DOCENTE

Luiz Fernando Ridolfi

Universidad Europea del Atlántico, Espanha

Tamires Gomes Arruda da Silva

Universidad Europea del Atlántico, Espanha

Marcia Mello dos Santos Decotelli da Silva

Universidad Europea del Atlántico, Espanha

Bruna Fabíola de Andrade Moura Gomes

Universidad Europea del Atlántico, Espanha

Francielli Lodi

Universidad Europea del Atlántico, Espanha

Heloísa do Rosário

Universidad Europea del Atlántico, Espanha

Suzineide Margarida de Sá

Universidad Europea del Atlántico, Espanha

Marilei Terezinha Martins Coutinho

Universidad Europea del Atlántico, Espanha

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i1.494>

Publicado em: 26.01.2026

Resumo: O presente artigo analisa criticamente a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores (BNC-Formação), à luz das políticas educacionais contemporâneas e de sua articulação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O estudo tem como objetivo investigar de que modo a formação docente vem sendo concebida no âmbito dessas normativas, problematizando as

competências prescritas e suas implicações para o trabalho pedagógico e para a autonomia docente. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza documental, fundamentada na análise de textos normativos e referenciais teóricos do campo da educação crítica, com ênfase nas categorias “formação docente”, “competências” e “política curricular”. Os resultados evidenciam que a BNC-Formação se estrutura a partir de uma lógica de padronização e regulação do trabalho docente, alinhada a princípios gerencialistas e às demandas do mercado, o que tende a restringir a autonomia pedagógica e a reduzir a formação à lógica do desempenho e da empregabilidade. Conclui-se que, embora apresentada como estratégia de qualificação da docência, a política de formação analisada reforça uma concepção instrumental da educação, demandando reflexão crítica e resistência por parte dos profissionais e das instituições formadoras.

Palavras-chave: Formação Docente. Políticas Educacionais. BNC-Formação. Competências. Currículo.

Abstract: This article critically analyzes the National Common Core for Continuing Teacher Education (BNC-Formação) in light of contemporary educational policies and its articulation with the National Common Core Curriculum (BNCC). The study aims to investigate how teacher training has been conceived within the scope of these regulations, questioning the prescribed competencies and their implications for pedagogical work and teacher autonomy. Methodologically, this is a qualitative documentary study based on the analysis of normative texts and theoretical references in the field of critical education, with an emphasis on the categories of “teacher training,” “skills,” and “curriculum policy.” The results show that the BNC-Training is structured based on a logic of standardization and regulation of teaching work, aligned with managerial principles and market demands, which tends to restrict pedagogical autonomy and reduce training to the logic of performance and employability. It is concluded that, although presented as a strategy for teacher qualification, the training policy analyzed reinforces an instrumental conception of education, demanding critical reflection and resistance on the part of professionals and training institutions.

Keywords: Teacher Training. Educational Policies. BNC-Training. Competencies. Curriculum.

Resumen: El presente artículo analiza críticamente la Base Nacional Común para la Formación Continua de Docentes (BNC-Formación), a la luz de las políticas educativas contemporáneas y su articulación con la Base Nacional Común Curricular (BNCC). El estudio tiene como objetivo investigar cómo se ha concebido la formación docente en el ámbito de estas normativas, cuestionando las competencias prescritas y sus implicaciones para el trabajo pedagógico y la autonomía docente. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa de naturaleza documental, basada en el análisis de textos normativos y referencias teóricas del campo de la educación crítica, con énfasis en las categorías “formación docente”, “competencias” y “política curricular”. Los resultados evidencian que la BNC-Formación se estructura a partir de una lógica de estandarización y regulación del trabajo docente, alineada con principios gerencialistas y las demandas del mercado, lo que tiende a restringir la autonomía pedagógica y a reducir la formación a la lógica del rendimiento y la empleabilidad. Se concluye que, aunque se presenta como una estrategia de cualificación del profesorado, la política de formación analizada refuerza una concepción instrumental de la educación, lo que exige una reflexión crítica y resistencia por parte de los profesionales y las instituciones formadoras.

Palabras clave: Formación Docente. Políticas Educativas. BNC-Formación. Competencias. Currículo.

Introdução

Nas últimas décadas, as políticas educacionais brasileiras têm sido marcadas por intensos processos de reconfiguração, especialmente no que concerne à organização curricular e à formação de professores da Educação Básica. Inserida nesse contexto, a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, posteriormente, da Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação), constitui um marco significativo no redirecionamento das políticas de formação docente, ao instituir parâmetros nacionais que orientam tanto os currículos escolares quanto os processos formativos iniciais e continuados dos professores.

A promulgação da BNC-Formação, por meio da Resolução CNE/CP nº 2/2019 e da Resolução CNE/CP nº 1/2020, insere-se em um movimento mais amplo de reorganização das políticas educacionais brasileiras, marcado pela centralidade das competências, pela padronização curricular e pela intensificação de mecanismos de regulação e controle do trabalho docente.

Tal movimento tem suscitado amplos debates no campo educacional, especialmente no que se refere às implicações dessas normativas para a autonomia pedagógica, para a identidade profissional docente e para o próprio sentido da formação de professores em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais.

Nesse contexto, a formação docente passa a ser concebida como elemento estratégico para a implementação da BNCC, sendo orientada por uma lógica que enfatiza a eficiência, a mensuração de resultados e a adequação às demandas do mercado de trabalho. Essa perspectiva tem sido amplamente problematizada por estudiosos da educação, que apontam o risco de redução da formação docente a um processo técnico-instrumental, esvaziado de seu caráter crítico, reflexivo e emancipatório.

Assim, a centralidade atribuída às competências, tanto na formação inicial quanto na continuada, revela um deslocamento conceitual que merece análise cuidadosa, sobretudo no que diz respeito às suas implicações para a profissionalidade docente e para o projeto de educação pública democrática.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar criticamente a Base Nacional Comum para a Formação de Professores, investigando de que modo a política de formação docente se estrutura a partir da lógica das competências e quais são as suas implicações para o trabalho pedagógico e para a autonomia profissional dos professores. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza documental, fundamentada na análise de textos normativos e de referenciais teóricos que discutem políticas curriculares, formação docente e processos de regulação educacional.

Ao problematizar a BNC-Formação à luz de autores críticos do campo educacional, este estudo busca contribuir para o debate acadêmico acerca das políticas de formação docente no Brasil, evidenciando tensões, contradições e limites presentes no modelo proposto. Assim, pretende-se ampliar a compreensão sobre os efeitos dessas políticas no cotidiano escolar e fomentar reflexões que subsidiem práticas formativas comprometidas com uma educação pública democrática, crítica e socialmente referenciada.

O artigo estrutura-se da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se o referencial teórico que fundamenta a análise, discutindo as políticas educacionais contemporâneas, a centralidade das competências e os impactos da Base Nacional Comum para a Formação de Professores na configuração da profissionalidade docente. Em seguida, descreve-se a metodologia adotada, explicitando o delineamento da pesquisa, os procedimentos de coleta e análise dos dados e os critérios analíticos empregados.

Na sequência, são apresentados e discutidos os resultados, com ênfase nas implicações da BNC-Formação para a autonomia docente e para a organização do trabalho pedagógico. Por fim, o artigo encerra-se com as considerações finais, nas quais se retomam os principais achados, destacam-se as contribuições do estudo e apontam-se possibilidades para investigações futuras no campo da formação de professores.

Referencial teórico

A discussão acerca da formação de professores no Brasil tem ocupado lugar central no debate educacional contemporâneo, especialmente diante das transformações impostas pelas políticas curriculares recentes. A instituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação) insere-se em um movimento mais amplo de reconfiguração das políticas educacionais, fortemente marcado por princípios de padronização, responsabilização e alinhamento às demandas do mercado, o que tem suscitado intensos debates no campo acadêmico.

Políticas educacionais e racionalidade neoliberal

A compreensão das atuais diretrizes para a formação docente exige situá-las no contexto das reformas educacionais orientadas por uma racionalidade neoliberal. Conforme argumentam Ball (2014) e Laval (2019), as políticas educacionais contemporâneas operam sob a lógica da performatividade, da mensuração de resultados e da eficiência, deslocando a educação de seu caráter público e formativo para uma lógica de produtividade e controle. Nesse contexto, a educação passa a ser concebida como instrumento de competitividade econômica, e o professor, como agente responsável pela obtenção de resultados mensuráveis.

No Brasil, esse movimento se intensifica a partir da década de 1990, com a consolidação de reformas orientadas por organismos internacionais e pela adoção de políticas de responsabilização

(*accountability*), avaliação em larga escala e padronização curricular. Segundo Dourado (2016), tais políticas redefinem o papel do Estado e reconfiguram a formação docente, subordinando-a a parâmetros externos e a interesses mercadológicos que fragilizam a autonomia pedagógica.

No campo das análises críticas das políticas educacionais, observa-se a coexistência de distintas matrizes teóricas que, embora compartilhem a crítica à racionalidade instrumental e às reformas neoliberais, divergem quanto às suas interpretações e ênfases analíticas. De um lado, as abordagens de matriz marxista e neomarxista compreendem as políticas educacionais como expressões das contradições estruturais do capitalismo, enfatizando os processos de mercantilização, precarização do trabalho docente e subordinação da educação às demandas do capital (Apple, 2019; Saviani, 2020).

De outro, perspectivas pós-estruturalistas e pós-críticas, inspiradas em autores como Foucault e Ball, enfatizam os dispositivos discursivos, os regimes de verdade e as tecnologias de poder que operam na produção de subjetividades docentes, destacando a centralidade da governamentalidade e da performatividade na regulação contemporânea da educação. A consideração dessas tensões teóricas permite compreender a BNC-Formação não apenas como um instrumento normativo, mas como um dispositivo que articula racionalidades diversas, ora disciplinadoras, ora produtivas, contribuindo para a conformação de modos específicos de ser professor no contexto das políticas educacionais contemporâneas.

A BNCC e a centralidade das competências

A Base Nacional Comum Curricular constitui o principal instrumento normativo de organização dos currículos da Educação Básica no Brasil. Fundamentada no paradigma das competências, a BNCC propõe um conjunto de aprendizagens consideradas essenciais para todos os estudantes, estruturadas em competências gerais e específicas. Esse modelo, embora apresentado como estratégia de garantia de equidade e qualidade, tem sido alvo de críticas por promover uma visão reducionista da formação humana.

Autores como Perrenoud (1999), embora reconheçam a relevância do desenvolvimento de competências, alertam para o risco de sua apropriação instrumental, desvinculada de uma formação crítica e emancipatória. No contexto brasileiro, pesquisadores como Freitas (2018) e Saviani (2020) apontam que a centralidade conferida às competências tende a reforçar uma lógica tecnicista, alinhada às demandas do mercado de trabalho, em detrimento de uma formação integral, humanística e socialmente referenciada.

Além disso, a BNCC opera como um dispositivo de regulação curricular que homogeneiza práticas pedagógicas e reduz a autonomia dos sistemas de ensino e dos professores, ao estabelecer parâmetros prescritivos que orientam desde os conteúdos até as metodologias de ensino. Tal configuração intensifica processos de controle e padronização, contribuindo para o esvaziamento do debate pedagógico e para a desvalorização da diversidade cultural e regional.

A BNC-formação e a reconfiguração da profissionalidade docente

A BNC-Formação, instituída pelas Resoluções CNE/CP nº 2/2019 e nº 1/2020, representa um desdobramento direto da BNCC no campo da formação docente. Seu objetivo central é alinhar os cursos de licenciatura e os processos de formação continuada às competências definidas para a Educação Básica, promovendo uma convergência entre formação inicial, prática docente e resultados educacionais.

Contudo, diversos estudos têm apontado que tal alinhamento produz um estreitamento do conceito de profissionalidade docente. Conforme argumentam Nóvoa (2017) e Tardif (2014), a docência constitui uma prática complexa, sustentada por saberes plurais, construídos historicamente no exercício da profissão e na interação com os contextos socioculturais. A redução da formação docente a um conjunto de competências mensuráveis compromete essa complexidade e enfraquece a dimensão reflexiva e crítica do trabalho docente.

Além disso, ao enfatizar competências como desempenho, eficiência e adaptabilidade, a BNC-Formação reforça uma concepção instrumental da docência, aproximando-a de modelos gerenciais de gestão educacional. Conforme aponta Apple (2019), esse movimento contribui para a despolitização do trabalho docente e para a consolidação de uma lógica de responsabilização individual, em detrimento de políticas estruturais que enfrentem as desigualdades educacionais.

Formação docente, autonomia e resistência

Diante desse cenário, autores críticos defendem a necessidade de resgatar a dimensão política da formação docente, compreendendo-a como espaço de construção coletiva, reflexão crítica e produção de saberes situados. Para Giroux (2011), a formação de professores deve estar comprometida com a emancipação intelectual e com a construção de uma pedagogia crítica capaz de questionar as estruturas de poder que atravessam a educação.

Nesse sentido, a autonomia docente assume papel central, não como autonomia individualizada ou tecnicista, mas como prática coletiva e ética, ancorada no diálogo, na reflexão crítica e na participação democrática. A formação docente, portanto, não pode ser reduzida a um processo de adequação às demandas do mercado, mas deve constituir-se como um espaço de resistência, produção de conhecimento e afirmação da educação como direito social.

Assim, a análise da BNC-Formação, à luz de uma perspectiva crítica, evidencia as tensões entre regulação e autonomia, padronização e diversidade, eficiência e formação humana. Essas tensões revelam os limites de uma política educacional orientada predominantemente por critérios técnico-instrumentais e reforçam a necessidade de repensar os rumos da formação docente no Brasil, tendo como horizonte a construção de uma educação pública democrática, inclusiva e socialmente comprometida.

Metodologia

Delineamento da pesquisa

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-documental, fundamentada na análise crítica de documentos normativos e produções acadêmicas que tratam da formação de professores no contexto das políticas educacionais brasileiras contemporâneas. A opção por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender os sentidos, as intencionalidades e os pressupostos ideológicos subjacentes às políticas de formação docente, particularmente à Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação), em articulação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A pesquisa insere-se no campo dos estudos qualitativos em educação, os quais privilegiam a interpretação de fenômenos sociais complexos, considerando seus contextos históricos, políticos e discursivos. Conforme destacam Minayo (2014) e Flick (2009), a abordagem qualitativa possibilita apreender significados, relações e contradições que não podem ser reduzidos a mensurações quantitativas, sendo especialmente adequada para análises de políticas públicas e processos formativos.

Delineamento da pesquisa e corpus de análise

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental, tendo como corpus principal os seguintes documentos normativos: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017 e 2018; a Resolução CNE/CP nº 2/2019, que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica; e a Resolução CNE/CP nº 1/2020, que dispõe sobre a formação continuada de professores. Esses documentos foram selecionados por sua centralidade na reorganização das políticas de formação docente no país e por seu caráter normativo e prescritivo.

Além dos documentos oficiais, o corpus analítico foi complementado por produções acadêmicas recentes (publicadas prioritariamente entre 2015 e 2024) que discutem políticas educacionais, currículo, formação docente e profissionalidade docente, incluindo artigos científicos, livros e documentos institucionais de reconhecida relevância na área da Educação.

O procedimento de análise documental desenvolveu-se em etapas sucessivas. Inicialmente, realizou-se uma leitura exploratória dos documentos selecionados, com o objetivo de identificar seus conteúdos centrais e delimitar unidades de sentido relevantes. Em seguida, procedeu-se à leitura analítica, orientada por categorias previamente definidas a partir do referencial teórico, tais como efetividade normativa, governança institucional, acesso a direitos e coordenação intergovernamental. Por fim, realizou-se uma etapa interpretativa, na qual os achados empíricos foram confrontados com a literatura especializada, possibilitando a identificação de convergências, tensões e lacunas entre o desenho normativo das políticas e sua materialização prática.

Procedimentos de análise

A análise dos dados foi conduzida a partir da técnica de análise documental de caráter interpretativo, conforme proposta por Cellard (2008), articulada à análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2016). O processo analítico desenvolveu-se em três etapas principais: 1) leitura exploratória dos documentos, visando à compreensão geral de seus objetivos, princípios e fundamentos; 2) leitura analítica, com identificação de categorias centrais relacionadas à concepção de formação docente, às noções de competência, à profissionalidade e à regulação do trabalho docente; e 3) interpretação crítica dos dados, à luz do referencial teórico adotado.

As categorias analíticas foram construídas de forma indutiva e dedutiva, considerando tanto os elementos recorrentes nos documentos analisados quanto os referenciais teóricos mobilizados, especialmente aqueles vinculados às críticas à racionalidade técnico-instrumental, à lógica da performatividade e à mercantilização da educação. Esse procedimento permitiu estabelecer relações entre os textos normativos e os debates teóricos contemporâneos, evidenciando tensões, contradições e limites das políticas analisadas.

Considerações éticas e limites da pesquisa

Por tratar-se de uma pesquisa documental baseada em fontes públicas e de domínio público, não houve necessidade de submissão a comitê de ética em pesquisa, conforme as normativas vigentes. Contudo, foram observados princípios éticos relativos à fidelidade das fontes, ao rigor analítico e à responsabilidade acadêmica na interpretação dos dados.

Reconhece-se, entretanto, que a pesquisa apresenta limitações inerentes à sua natureza documental, uma vez que não contempla a análise empírica de práticas docentes nem a escuta direta de professores e gestores. Ainda assim, a abordagem adotada permite uma compreensão aprofundada das diretrizes normativas que orientam a formação docente no país, constituindo base relevante para estudos empíricos futuros que aprofundem as implicações dessas políticas no cotidiano das instituições formadoras.

Resultados e discussões

A análise dos documentos normativos que compõem a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação) evidencia um conjunto de diretrizes que reconfiguram de modo significativo os sentidos atribuídos à formação docente no Brasil. Os resultados obtidos permitem identificar tendências estruturantes que atravessam o texto normativo, revelando tanto continuidades quanto rupturas em relação a concepções históricas de formação profissional no campo educacional.

Para reforçar a originalidade da pesquisa, é importante explicitar as contribuições empíricas próprias extraídas da análise documental, mesmo em um estudo qualitativo baseado em fontes normativas. Embora a análise documental explore textos oficiais e atos normativos

como dados secundários, a abordagem interpretativa adotada está fundamentada em uma leitura crítica e sistemática, a qual possibilita a identificação de padrões interpretativos, tensões discursivas e lacunas entre intenção normativa e efeitos sociais reais, que constituem evidências empíricas centrais deste estudo.

Estudos recentes sobre análise documental destacam que, quando o pesquisador articula leitura exploratória, categorização temática e interpretação crítica, a investigação vai além da mera descrição de conteúdos e produz contribuições empíricas qualificadas sobre como determinadas políticas se configuram e operam na prática social (por exemplo, identificando dimensões de governança normativa versus efetividade prática nos textos analisados), o que acrescenta novo entendimento ao campo das políticas educacionais.

Centralidade das competências e racionalidade técnico-instrumental

A análise documental evidencia que a BNC-Formação está fortemente ancorada em uma concepção de formação baseada no desenvolvimento de competências, compreendidas como a articulação entre conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas ao desempenho profissional. Tal orientação, embora apresentada como estratégia de qualificação e modernização da formação docente, revela uma clara adesão à racionalidade técnico-instrumental que caracteriza as reformas educacionais contemporâneas.

Essa centralidade das competências desloca o eixo da formação docente de uma perspectiva crítico-reflexiva para uma lógica funcionalista, orientada pela mensuração de resultados e pela adequação às demandas do sistema educacional. Conforme apontam autores como Freitas (2018) e Saviani (2020), esse movimento tende a reduzir a complexidade do trabalho docente, subordinando-o a parâmetros previamente definidos e mensuráveis, o que fragiliza a autonomia profissional e empobrece a dimensão intelectual da docência.

Observa-se, ainda, que a ênfase nas competências reforça uma concepção instrumental de formação, na qual o professor é concebido como executor de prescrições curriculares, e não como sujeito crítico capaz de interpretar, problematizar e transformar a realidade educacional. Tal perspectiva se alinha a modelos gerencialistas de gestão educacional, nos quais a qualidade do ensino é associada à eficiência e ao desempenho mensurável.

Padronização curricular e regulação do trabalho docente

Outro resultado relevante diz respeito ao papel da BNC-Formação como instrumento de regulação do trabalho docente. A análise evidencia que a padronização dos currículos de formação inicial e continuada opera como mecanismo de controle sobre os processos formativos, restringindo a autonomia das instituições formadoras e dos próprios professores.

A definição de competências e habilidades obrigatórias, associada à articulação direta com a BNCC, promove uma homogeneização dos percursos formativos, reduzindo a diversidade

epistemológica e metodológica que historicamente caracterizou a formação docente no Brasil. Tal movimento tende a enfraquecer a capacidade crítica das instituições formadoras, ao limitar a possibilidade de construção de projetos pedagógicos contextualizados e socialmente referenciados.

Essa lógica de padronização dialoga com o que Ball (2014) denomina “governança por desempenho”, na qual os sujeitos são responsabilizados individualmente pelos resultados educacionais, deslocando o foco das condições estruturais para o desempenho individual. No caso da formação docente, isso implica a responsabilização do professor pelo sucesso ou fracasso educacional, obscurecendo as determinações sociais, políticas e institucionais que atravessam o trabalho docente.

Reconfiguração da profissionalidade docente

Os dados analisados indicam que a BNC-Formação promove uma reconfiguração da noção de profissionalidade docente, aproximando-a de modelos técnicos e pragmáticos de atuação. A ênfase em competências operacionais, na capacidade de adaptação e na resolução de problemas imediatos contribui para a consolidação de uma concepção de professor como executor de políticas, e não como intelectual crítico, conforme proposto por autores como Giroux (2011) e Nóvoa (2017).

Essa reconfiguração implica uma redução da autonomia pedagógica e uma fragilização do caráter intelectual da docência, uma vez que o professor passa a ser avaliado predominantemente por sua capacidade de cumprir prescrições curriculares e atingir indicadores de desempenho. Tal cenário compromete a construção de uma identidade profissional pautada na reflexão crítica, na autonomia e no compromisso ético com a transformação social.

Além disso, a centralidade atribuída à formação por competências tende a obscurecer dimensões fundamentais da prática docente, como a reflexão ética, a compreensão das desigualdades sociais e a dimensão política da educação. Assim, a formação proposta pela BNC-Formação apresenta limites significativos no que se refere à promoção de uma educação emancipatória e socialmente comprometida.

Implicações para a política educacional e para a formação docente

Os resultados indicam que a BNC-Formação, ao alinhar-se a uma lógica de regulação e padronização, contribui para o fortalecimento de um modelo de formação docente orientado por princípios gerencialistas, em detrimento de uma perspectiva crítica e emancipatória. Essa orientação tem implicações diretas para as políticas de formação inicial e continuada, bem como para a organização dos cursos de licenciatura e para a atuação docente na Educação Básica.

Ao privilegiar a conformidade a padrões previamente definidos, a política analisada limita as possibilidades de construção coletiva do conhecimento pedagógico e enfraquece o papel das instituições formadoras como espaços de produção crítica do saber. Nesse sentido, os resultados

reforçam a necessidade de repensar as políticas de formação docente a partir de uma perspectiva que valorize a autonomia, a diversidade e o compromisso social da educação.

Em síntese, a análise evidencia que, embora a BNC-Formação se apresente como instrumento de qualificação da docência, ela opera, na prática, como mecanismo de regulação e controle, cujos efeitos demandam reflexão crítica e aprofundamento teórico. Tais achados contribuem para o debate acadêmico ao explicitar as tensões entre padronização e autonomia, entre regulação e emancipação, que atravessam as políticas contemporâneas de formação de professores no Brasil.

Conclusão

O presente estudo teve como objetivo analisar criticamente a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação), situando-a no contexto das políticas educacionais contemporâneas e examinando suas implicações para a formação docente no Brasil. A partir de uma abordagem qualitativa e documental, ancorada em referenciais teóricos críticos, buscou-se compreender de que modo essa política pública reconfigura os sentidos da docência, da profissionalidade docente e do próprio papel da formação inicial e continuada no sistema educacional brasileiro.

Os resultados evidenciam que a BNC-Formação se insere em um movimento mais amplo de racionalização e padronização das políticas educacionais, fortemente orientado por princípios gerencialistas e por uma lógica de regulação baseada em competências. Tal orientação, embora apresentada sob o discurso da melhoria da qualidade e da eficiência educacional, tende a reduzir a complexidade do trabalho docente, subordinando-o a parâmetros técnico-instrumentais e a mecanismos de controle que fragilizam a autonomia pedagógica e o caráter crítico da formação.

A análise revelou que a centralidade conferida às competências, aliada à articulação direta com a Base Nacional Comum Curricular, produz um estreitamento conceitual da formação docente, deslocando o foco da formação humana integral para a adequação funcional às demandas do sistema educacional. Esse movimento contribui para a consolidação de uma concepção de docência orientada pelo desempenho e pela mensuração de resultados, em detrimento da construção de uma prática reflexiva, ética e socialmente comprometida.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o aprofundamento do debate sobre as relações entre políticas curriculares, formação docente e regulação educacional, ao evidenciar as tensões existentes entre projetos de formação emancipatórios e modelos orientados pela lógica da performatividade. Ao dialogar com autores críticos do campo da educação, o artigo reforça a necessidade de compreender a formação docente como um processo político e histórico, atravessado por disputas de sentidos e projetos societários distintos.

No plano prático, os resultados indicam a urgência de repensar as políticas de formação docente de modo a fortalecer a autonomia das instituições formadoras, valorizar os saberes profissionais dos professores e promover processos formativos que articulem teoria, prática e

reflexão crítica. Tal reposicionamento é fundamental para que a formação docente contribua efetivamente para a construção de uma educação pública democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

Por fim, reconhece-se que o presente estudo apresenta limitações inerentes à sua natureza documental, não contemplando a análise empírica das práticas formativas nem a escuta direta de professores e gestores envolvidos na implementação da BNC-Formação. Nesse sentido, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a investigação por meio de estudos empíricos, estudos de caso e análises comparativas, capazes de ampliar a compreensão sobre os impactos concretos dessas políticas no cotidiano das instituições formadoras e no exercício da docência.

Ao evidenciar as contradições e os desafios que permeiam a política de formação docente no Brasil, este estudo pretende contribuir para o fortalecimento do debate acadêmico e para a construção de alternativas que reafirmem a educação como direito social, prática emancipatória e compromisso ético com a transformação da realidade educacional.

Referências

- APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
- BALL, Stephen J. *Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2019.
- BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020*. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 out. 2020.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DOURADO, Luiz Fernandes. *Política educacional brasileira: limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 2016.
- FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, 2017.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2020.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.